

Bancos estaduais: o saneamento, adiado

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Por falta de um entendimento com os governadores, especialmente o do Rio, Moreira Franco, o Banco Central decidiu excluir da agenda da reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional o voto dispondo sobre a resolução do programa de saneamento dos bancos estaduais do Rio, Minas, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Ceará, sob regime de intervenção federal, adiando a decisão para a reunião ordinária do conselho programada para o próximo dia 25.

A dívida dos oito bancos soma Cz\$ 250 bilhões, dos quais Cz\$ 110 bilhões correspondem à parte do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj). A proposta do Banco Central, da emissão especial de títulos estaduais até o limite da dívida e a transferência desses títulos do Tesouro Estadual para o Federal, com o primeiro passando a devedor do segundo, não agradou à maioria dos governadores, especialmente ao carioca.

Moreira Franco argumenta que a capacidade de endividamento do Estado do Rio de Janeiro seria ultrapassada com essa emissão especial e reivindica uma anis-

tia envolvendo juros e correção monetária, o que reduziria a dívida pela metade.

Alguns governadores querem, ainda, aproveitar a brecha da emissão especial de Obrigações do Tesouro Estadual e reivindicar a colocação de um volume maior de papéis e com isso gerar recursos adicionais. Essa reivindicação, contudo, está sendo bloqueada pelo Banco Central, que teme a inundação do mercado com títulos dos estados, concorrendo com os títulos federais.

CRÉDITO

As indústrias e cooperativas de laticínios serão beneficiadas com a abertura de uma linha de crédito de Cz\$ 2,58 bilhões para formação de estoques reguladores. Os recursos do Banco Central serão repassados pelo Banco do Brasil entre os meses de novembro e dezembro para a aquisição de 18 mil toneladas do produto. Esse é o teor do voto, extrapalato, que o Ministério da Agricultura Encaminhará, hoje, à reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Esse montante inicial faz parte do total de 45.500 mil toneladas de produtos lácteos que o governo deverá adquirir para a formação de seus estoques.